

16040/14

(OR. en)

PRESSE 608
PR CO 61

COMUNICADO DE IMPRENSA

3349.^a reunião do Conselho

Educação, Juventude, Cultura e Desporto

Bruxelas, 25 de novembro de 2014

Presidentes **Dario Franceschini**
Ministro do Património, das Atividades Culturais e do Turismo
Graziano Delrio
Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (Secretário do Conselho de Ministros)

I M P R E N S A

Principais resultados do Conselho

Política audiovisual

O Conselho adotou conclusões sobre a **política audiovisual europeia na era digital**, em preparação para a futura revisão da Diretiva "Serviços de Comunicação Social Audiovisual" e a modernização do enquadramento dos direitos de autor da UE. As conclusões incidem em particular sobre o novo enquadramento empresarial, o acesso ao financiamento, o financiamento público, a literacia mediática e cinematográfica e o património cinematográfico. A futura abordagem à política audiovisual europeia deve assegurar a diversidade cultural e linguística dos meios de comunicação social convergentes e aumentar a competitividade no setor audiovisual europeu.

Plano de Trabalho para a Cultura

O Conselho adotou igualmente conclusões que estabelecem um **Plano de Trabalho para a Cultura (2015-2018)**. O plano é um documento estratégico que define as prioridades para a cooperação europeia na elaboração das políticas culturais para os próximos quatro anos, incidindo sobretudo em temáticas que representam um claro valor acrescentado para a UE e encorajam a cooperação intersetorial.

Setores cultural e criativo

Os ministros também procederam a um debate público sobre a contribuição dos **setores cultural e criativo**, incluindo o património cultural, **para os objetivos da Estratégia Europa 2020**, no contexto da revisão intercalar da estratégia Europa 2020.

O Presidente do Conselho

O Ministro Dario Franceschini declarou que "a cultura e o turismo deverão ser prioritários para a Europa e o investimento nestes setores tem uma importância estratégica para o crescimento e o desenvolvimento. A opinião da Presidência foi partilhada por todos os Ministros presentes aquando da reunião informal que teve lugar em Turim e a reunião do Conselho de hoje lançou as bases para que a cultura e o turismo desempenhem um papel central na elaboração das políticas ao nível da UE."

Desporto enquanto motor de inovação e crescimento económico

O Conselho adotou conclusões sobre o **desporto enquanto motor de inovação e crescimento económico**, que destacam os efeitos positivos que a investigação e a inovação no desporto têm em outros setores da economia, bem como o seu potencial para criar empregos.

O Secretário de Estado Graziano Delrio e os Ministros do Desporto do Trio de Presidências participaram num almoço de trabalho onde debateram este assunto com representantes de organizações desportivas e da indústria de material desportivo.

Desporto e atividade física em idade escolar

Os ministros debateram também medidas específicas para promover o **desporto e a atividade física em idade escolar**. Reconheceram que, em geral, se verifica um declínio ou uma marginalização do desporto e da atividade física entre as crianças em idade escolar, sobretudo entre os adolescentes, o que é motivo de preocupação. No entanto, muitos Estados-Membros estão já a desenvolver programas e medidas específicas para inverter esta tendência.

Graziano Delrio afirmou que "hoje alcançámos progressos em duas questões relacionadas com a Estratégia Europa 2020. É óbvio que o desporto tem um enorme peso económico na Europa e foi pouco afetado pela crise económica. Devemos criar condições para promover um maior desenvolvimento do mesmo, em especial através da inovação."

ÍNDICE¹

PARTICIPANTES	6
----------------------------	----------

PONTOS DEBATIDOS

CULTURA E AUDIOVISUAL	8
Política audiovisual europeia	8
Plano de Trabalho para a Cultura.....	9
Património cultural.....	10
Contribuição dos setores cultural e criativo para os objetivos da Estratégia Europa 2020	10
Diversos	11
– Acordo sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento	11
– Programa de trabalho da próxima Presidência	12
DESPORTO	13
Desporto e inovação.....	13
Desporto e atividade física em idade escolar	14
Diversos	15
– Reuniões da Agência Mundial Antidopagem (AMA).....	15
– Convenção do Conselho da Europa sobre a manipulação das competições desportivas	15
– Programa de trabalho da próxima Presidência	16

OUTROS PONTOS APROVADOS*EMPREGO*

– Apoio à Finlândia e à França ao abrigo do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.....	17
--	----

¹

- Nos casos em que tenham sido formalmente adotadas pelo Conselho declarações, conclusões ou resoluções, o facto é indicado no título do ponto em questão e o texto está colocado entre aspas.
- Os documentos cuja referência se menciona no texto estão acessíveis no sítio Internet do Conselho <http://www.consilium.europa.eu>.
- Os atos adotados que são objeto de declarações para a ata que podem ser facultadas ao público vão assinalados por um asterisco; estas declarações estão disponíveis no sítio Internet do Conselho acima mencionado ou podem ser obtidas junto do Serviço de Imprensa.

NOMEAÇÕES

– Comité das Regiões 17

PARTICIPANTES

Bélgica:

Sven GATZ

Isabelle WEYKMANS

Ministro Flamengo da Cultura, dos Meios de Comunicação Social, da Juventude e dos Assuntos relativos a Bruxelas
Ministra Vice-Presidente, Ministra da Cultura, do Emprego e do Turismo

Bulgária:

Vezhdi RASHIDOV

Krasen KRALEV

Ministro da Cultura
Ministro da Juventude e do Desporto

República Checa:

Petr HULINSKÝ

Kateřina KALISTOVÁ

Vice-Ministro da Educação, da Juventude e do Desporto
Primeira Vice-Ministra da Cultura

Dinamarca:

Ole TOFT

Representante Permanente Adjunto

Alemanha:

Monika GRÜTTERS

Ole SCHRÖDER

Ministra-Adjunta junto da Chanceler Federal e responsável do Governo Federal pela Cultura e os Meios de Comunicação Social
Secretário de Estado Parlamentar junto do Ministro Federal do Interior

Estónia:

Urve TIIDUS

Ministra da Cultura

Irlanda:

Tom HANNEY

Representante Permanente Adjunto

Grécia:

Konstantinos TASSOULAS

Stefanos ANAGNOSTOU

Ministro da Cultura e do Desporto
Secretário-Geral dos Meios de Comunicação Social

Espanha:

José Maria LASSALLE RUIZ

José Pascual MARCO MARTINEZ

Secretário de Estado da Cultura
Representante Permanente Adjunto

França:

Fleur PELLERIN

Alexis DUTERTRE

Ministra da Cultura e da Comunicação
Representante Permanente Adjunto

Croácia:

Andrea ZLATAR VIOLIĆ

Roko ANDRIČEVIĆ

Ministra da Cultura
Ministro Adjunto da Ciência, da Educação e do Desporto

Itália:

Dario FRANCESCHINI

Graziano DELRIO

Ministro do Património, das Atividades Culturais e do Turismo
Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros (Secretário do Conselho de Ministros)

Chipre:

Costas KADIS

Ministro da Educação e da Cultura

Letónia:

Dace MELBĀRDE

Mārīte SEILE

Ministra da Cultura
Ministra da Educação e Ciência

Lituânia:

Šarūnas BIRUTIS

Ministro da Cultura

Luxemburgo:

Maggy NAGEL

Romain SCHNEIDER

Ministra da Cultura, Ministra da Habitação
Ministro da Segurança Social, Ministro da Cooperação e da Ação Humanitária, Ministro do Desporto

Hungria:

Péter HOPPÁL

Olivér VÁRHELYI

Secretário de Estado da Cultura
Representante Permanente Adjunto

16040/14

Malta:

Neil KERR

Representante Permanente Adjunto

Países Baixos:

Jet BUSSEMAKER

Ministra da Educação, da Cultura e da Ciência

Áustria:

Josef OSTERMAYER

Ministro Federal das Artes e da Cultura, da Constituição e dos Meios de Comunicação Social
Ministro Federal da Defesa e do Desporto

Gerald KLUG

Polónia:

Bogusław ULIJASZ

Subsecretário de Estado, Ministério do Desporto e do Turismo
Ministro Conselheiro

Radomir WOJCIECHOWSKI

Portugal:

Jorge BARRETO XAVIER

Pedro LOMBA

Secretário de Estado da Cultura
Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional

Rosa BATORÉU

Representante Permanente Adjunta

Roménia:

Ioan AUGUSTIN

Subsecretário de Estado, Ministério da Juventude e do Desporto

Cristian BADESCU

Representante Permanente Adjunto

Eslovénia:

Julijana BIZJAK MLAKAR

Metka IPAVIC

Ministra da Cultura

Representante Permanente Adjunta

Eslováquia:

Alexander MICOVČIN

Representante Permanente Adjunto

Finlândia:

Pia VIITANEN

Ministra da Cultura e da Habitação

Suécia:

Alice BAH KUHNKE

Åsa WEBBER

Ministra da Cultura e da Democracia

Representante Permanente Adjunta

Reino Unido:

Ed VAIZEY

Ministro-Adjunto da Cultura e da Economia Digital, Ministério das Empresas, da Inovação e das Competências e Ministério da Cultura, dos Meios de Comunicação Social e do Desporto

Representante Permanente Adjunta

Shan MORGAN

Comissão:

Xavier PRATS MONNÉ

Diretor-Geral

PONTOS DEBATIDOS

CULTURA E AUDIOVISUAL

Política audiovisual europeia

O Conselho adotou conclusões sobre a [política audiovisual europeia na era digital](#), que incidem em particular sobre o novo enquadramento empresarial, o acesso ao financiamento, o financiamento público, a literacia mediática e cinematográfica e o património cinematográfico. Além disso, as conclusões apelam a que se proceda urgentemente à revisão da Diretiva "Serviços de Comunicação Social Audiovisual" (SCSA)¹ e à modernização do enquadramento dos direitos de autor da UE, à luz da transição digital.

A adoção destas conclusões aconteceu num momento especialmente estratégico, visto que a criação de um "mercado único digital" que permita aos cidadãos aceder a conteúdos audiovisuais através dos seus dispositivos eletrónicos onde quer que estejam na Europa e independentemente das fronteiras, é uma das principais prioridades da nova Comissão e do respetivo Presidente.

Nas conclusões defende-se a conformidade com três princípios fundamentais para se criar um mercado único digital europeu competitivo para os conteúdos audiovisuais que satisfaça a procura por parte dos cidadãos, dos criadores de conteúdos e dos titulares de direitos de autor, a saber:

- facilitar a oferta de conteúdos de elevada qualidade;
- dar resposta à procura por parte do público, onde quer que este se encontre; e
- garantir condições equitativas para todos os fornecedores de serviços de comunicação social audiovisual.

Num período de rápidas mudanças tecnológicas e de evolução imprevisível do mercado, uma abordagem deste género visa assegurar a diversidade cultural e linguística dos meios de comunicação social convergentes e aumentar a competitividade no setor audiovisual europeu.

¹ JO L 95 de 15.4.2010.

Plano de Trabalho para a Cultura

O Conselho adotou conclusões que estabelecem um **Plano de Trabalho para a Cultura** (2015-2018). Trata-se de um documento estratégico que define as prioridades para a cooperação europeia na elaboração das políticas culturais para os próximos quatro anos. Estas prioridades serão subsequentemente implementadas pelos Estados-Membros em cooperação com a Comissão.

O novo Plano de Trabalho foi simplificado, o que deverá permitir uma maior eficiência na sua execução. É também um plano mais estratégico, visto que estabelece ligações efetivas com o trabalho do Conselho, nomeadamente as suas Presidências rotativas.

O Plano de Trabalho apresenta quatro prioridades setoriais (cultura acessível, património cultural, economia criativa e inovação, e diversidade cultural, incluindo a cultura nas relações externas da UE) que, pela primeira vez, são complementadas por duas prioridades intersetoriais (transição digital e estatísticas). Encontram-se todas estruturadas em torno da Estratégia Europa 2020 para o crescimento e o emprego.

A tónica incide nas temáticas que representam um claro valor acrescentado para a UE e encorajam a cooperação intersetorial, tendo em consideração a natureza dupla – tanto económica como cultural – da cultura.

Em geral, os Estados-Membros acolheram favoravelmente o novo Plano de Trabalho e consideraram que é um claro passo em frente e um instrumento fundamental para reforçar o papel da cultura nas políticas europeias.

Alguns Estados-Membros gostariam que o plano de trabalho fosse mais ambicioso, em particular no que respeita às estatísticas relacionadas com a cultura e à cultura nas relações externas da UE.

Nesse sentido, foi atribuída maior prioridade ao papel da cultura na cooperação para o desenvolvimento da UE. Relativamente às estatísticas, a Comissão confirmou que são de extrema importância para todo o setor cultural e concordou que deviam ser tomadas em consideração, no novo Plano de Trabalho, como questão transversal crucial.

Os Estados-Membros também concordaram que é necessário promover a leitura, especialmente dada a sua importância estratégica para apoiar o acesso à cultura e à diversidade cultural, bem como para desenvolver a consciência de uma identidade europeia.

Todavia, as opiniões divergiram quanto à forma de tributar os livros impressos e os livros eletrónicos. Ao abrigo da Diretiva IVA¹, os livros impressos são tratados como "bens" aos quais se podem aplicar taxas de IVA reduzidas, enquanto os livros eletrónicos são considerados "serviços eletrónicos", que não são tributados à taxa reduzida.

Vários Estados-Membros são da opinião que um livro é sempre um livro, independentemente do seu formato, pelo que os Estados-Membros devem ser autorizados a aplicar a taxa de IVA reduzida também aos livros eletrónicos.

¹ 2006/112/CE.

Por outro lado, alguns Estados-Membros consideraram que esta é uma questão complexa, que, devido às consequências imprevisíveis de tal abordagem para a política do livro e para as receitas fiscais, requer uma abordagem mais cautelosa.

A Comissão confirmou que pretende responder ao desafio da sobreposição dos formatos em linha e dos formatos físicos, nomeadamente em matéria de tributação.

Vários Estados-Membros sublinharam a necessidade de combater a pirataria em linha e de apoiar os criadores e as suas obras no ambiente digital.

Com o intuito de chegar a um consenso, a Presidência apresentou uma proposta de compromisso que foi aceite pelo Conselho, convidando os Estados-Membros e a Comissão a promover a leitura e tendo simultaneamente em conta várias condições aplicáveis aos livros eletrónicos e físicos.

Património cultural

O Conselho adotou conclusões sobre **a governação participativa do património cultural (15320/14)**, que convidam os Estados-Membros a promover uma participação mais ativa da sociedade civil e do setor privado na governação do património cultural, aos níveis local, regional, nacional e europeu.

O património cultural é uma das prioridades do novo Plano de Trabalho para a Cultura. É um bem comum, um recurso que partilhamos e pelo qual somos coletivamente responsáveis. O envolvimento de todas as partes interessadas na tomada de decisões, no planeamento, na execução, na monitorização e na avaliação de políticas e programas em matéria de património cultural pode aumentar a sensibilização do público para os valores que este representa, reforçar a transparência e a responsabilização na utilização de recursos públicos e estabelecer uma relação de confiança entre os cidadãos e as autoridades públicas.

Juntamente com o património material e imaterial, as conclusões sublinham que o património digital pode ser utilizado no desenvolvimento de serviços inovadores, tal como a *Europeana*. Exploram também as sinergias entre os setores da cultura e do turismo, em particular através do turismo cultural sustentável, a fim de atingir o equilíbrio adequado entre as oportunidades económicas e o bem-estar das comunidades locais.

As conclusões apelam ainda à Comissão para que apresente uma proposta de "Ano Europeu do Património Cultural".

Contribuição dos setores cultural e criativo para os objetivos da Estratégia Europa 2020

Os ministros procederam a um debate de orientação sobre a **contribuição dos setores cultural e criativo, incluindo o património cultural, para os objetivos da Estratégia Europa 2020**, no contexto da revisão intercalar desta estratégia.

Os ministros sublinharam que a cultura representa cerca de 4% do PIB da UE e contribui para o crescimento através da inovação, da economia digital, das políticas de emprego e de juventude, da política industrial e da eficiência dos recursos, sendo, por sua vez, afetada por decisões em outros domínios de ação.

Em geral, os Estados-Membros concordaram que a natureza transversal da cultura se enquadra bem na abordagem intersetorial da Estratégia Europa 2020 e que, portanto, poderá reforçar a eficiência da estratégia no seu conjunto, desde que seja adotada uma abordagem integrada a todos os níveis.

Porém, vários Estados-Membros salientaram que a Estratégia Europa 2020 é uma estratégia muito centrada, com objetivos quantitativos muito específicos que são regularmente monitorizados pela Comissão, o que dificilmente se aplicaria à arte e à cultura. Além disso, tal poderá reduzir a incidência e o impacto da estratégia. No domínio da cultura e da criatividade, a cooperação é preferível à regulamentação.

A maior parte dos ministros sublinhou que os setores cultural e criativo da UE conferem à Europa uma vantagem competitiva em relação ao resto do mundo dado que beneficiam do património cultural único, extraordinariamente rico e diversificado da Europa.

Neste contexto, diversos ministros sugeriram que se intensificasse a digitalização do património cultural, em especial utilizando melhor a Europeiaana.

Alguns Estados-Membros também defenderam uma interação mais forte entre as políticas de turismo e culturais, bem como entre as políticas de formação, investigação e inovação, o que contribuiria igualmente para a preservação do património cultural para as gerações futuras.

Muitos Estados-Membros concordaram que é necessário proteger os direitos de propriedade intelectual, atualizando o atual enquadramento dos direitos de autor e combatendo a pirataria em linha, com o intuito de garantir uma concorrência leal nos setores cultural e criativo da Europa.

Diversos

– *Acordo sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento*

Os ministros tomaram nota da informação da Comissão sobre o ponto da situação das negociações relativas às questões relacionadas com o audiovisual do Acordo sobre a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) entre a UE e os EUA.

O TTIP é um acordo global que incide sobre um amplo leque de questões bilaterais de comércio e de investimento, com o objetivo de fomentar o comércio e o investimento entre os dois parceiros. As negociações tiveram início em meados de 2013 e, até ao momento, realizaram-se sete rondas, sendo que a última teve lugar entre 29 de setembro e 3 de outubro de 2014.

A fim de garantir a proteção da diversidade cultural (a chamada "exceção cultural"), os serviços audiovisuais foram excluídos explicitamente do mandato de negociação conferido à Comissão pelos Estados-Membros em junho passado, tal como acontece há mais de duas décadas em negociações com países terceiros.

A Presidência lembrou que o Conselho EJCD abordou, nas suas duas últimas reuniões, os desafios que o acordo pode representar para a diversidade cultural e sublinhou que este é um valor ao qual a União Europeia está profundamente ligada.

A Comissão reiterou que durante as negociações respeitou rigorosamente o mandato que lhe foi conferido pelos Estados-Membros em relação aos serviços audiovisuais e que não se verificou qualquer alteração desde a última ronda. Recordou, ainda, que o Presidente Juncker tinha declarado, a propósito deste assunto, que não "sacrificaria a diversidade cultural da UE no altar do comércio livre".

Assim o confirmou igualmente, na sua audiência no Parlamento Europeu, a nova Comissária responsável pelo Comércio, Cecilia Malmström, que anunciou, mais recentemente, ser a favor da transparência e pretender proporcionar a oportunidade de um novo começo das negociações.

– ***Programa de trabalho da próxima Presidência***

A Delegação letã apresentou as principais prioridades da sua Presidência para o próximo semestre:

- cooperação intersetorial entre os setores cultural e criativo e outros domínios de ação
- elos entre o património cultural e a arte contemporânea
- cultura no contexto da revisão intercalar da Estratégia Europa 2020
- cultura nas relações externas, em especial no contexto de uma agenda de desenvolvimento pós-2015
- prossecução dos trabalhos sobre a eventual revisão da Diretiva "Serviços de Comunicação Social Audiovisual"

DESPORTO

Desporto e inovação

Como introdução a esta temática, a Presidência italiana apresentou uma síntese das principais mensagens retiradas do "diálogo estruturado" com representantes do movimento desportivo e da indústria do desporto:

- o mercado do desporto representa 66 mil milhões de euros e emprega mais de 600 000 pessoas;
- todos os anos são criadas mais de 150 000 inovações;
- a cooperação entre o setor público e o setor privado é essencial (incluindo o setor público, o movimento desportivo e as universidades);
- devem igualmente ser criadas parcerias público-privadas inovadoras;
- um investimento modesto no desporto e na inovação poderá gerar um retorno significativo.

O Conselho adotou conclusões sobre o **desporto enquanto motor de inovação e crescimento económico** ([14954/14](#)), que destacam a importância da investigação e inovação no desporto e os seus efeitos positivos em outros setores da economia, bem como o seu potencial para criar emprego, que nem sempre é reconhecido.

As conclusões dão um particular destaque à necessidade de promover polos transeitoriais e transfronteiras, envolvendo as administrações locais, as universidades, os centros de investigação, a indústria e os organismos desportivos, bem como de criar um ambiente favorável à investigação e ao desenvolvimento de produtos com base no desporto. Sublinham que a inovação funciona nos dois sentidos: o desporto beneficia das descobertas científicas noutros setores ao mesmo tempo que as suas próprias inovações são utilizadas noutros domínios.

Nas conclusões convidam-se ainda os Estados-Membros a utilizar da melhor forma possível os programas e o financiamento da UE, tais como o Horizonte 2020, o COSME e o Erasmus+, que poderão dar um contributo importante neste domínio.

O Plano de Trabalho da UE para o Desporto (2014-2017)¹⁷, na sequência das conclusões de novembro último sobre o contributo do desporto para a economia da UE, sublinha a necessidade de o Conselho continuar a trabalhar na dimensão económica do desporto, sobretudo a inovação, para além do financiamento sustentável do desporto e do legado dos grandes eventos desportivos. As conclusões constituem um passo importante nessa direção.

⁷ JO C 183 de 14.6.2014.

Desporto e atividade física em idade escolar

Os ministros debateram medidas específicas para promover o **desporto e a atividade física em idade escolar**, também como contributo para as recomendações previstas no novo Plano de Trabalho da UE para o Desporto que visa fomentar a educação física nas escolas e reforçar a cooperação com as organizações desportivas, as autoridades a nível nacional e local e o setor privado.

Apesar de a educação física ser uma disciplina obrigatória em todos os Estados-Membros da UE, a maioria dos ministros reconheceu que tem havido um declínio ou uma marginalização do desporto e da atividade física entre as crianças em idade escolar, sobretudo entre os adolescentes e as raparigas.

Tal deve-se, em parte, à forma como o tempo é distribuído no programa das escolas, à insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos, bem como à concorrência dos jogos de computador, da Internet e da televisão, que estão na origem de estilos de vida cada vez mais sedentários.

Os Estados-Membros concordaram, em geral, que a atividade física não só contribui para uma vida saudável, mas também incute princípios e conceitos tais como o "fair play" e o respeito e contribui para a consciência social e melhores resultados escolares.

Para combater esta tendência, já foram desenvolvidas ou estão previstas nos Estados-Membros as seguintes iniciativas políticas:

- aumentar a cooperação entre as escolas e as associações desportivas;
- promover o papel dos pais e dos desportistas de topo como modelos a seguir;
- desenvolver métodos novos e inovadores para as aulas de educação física;
- dar incentivos a escolas e alunos "ativos";
- aproveitar os grandes eventos desportivos na Europa para aumentar a motivação dos jovens.

Diversos

– *Reuniões da Agência Mundial Antidopagem (AMA)*

O Representante da UE no Conselho de Fundadores da AMA (Luxemburgo) informou o Conselho sobre as reuniões que se realizaram em Paris em 15 e 16 de novembro de 2014. Os principais assuntos da ordem do dia foram o financiamento, a proteção de dados e questões em matéria de antidopagem.

Os Estados-Membros da UE coordenam-se entre si e apresentam as suas preocupações de forma conjunta em cada reunião do Conselho de Fundadores da Agência Mundial Antidopagem, que têm lugar normalmente em maio e novembro. Atualmente, a UE é representada na AMA pelos Ministros do Desporto da Bélgica, do Luxemburgo e de Malta.

A Agência Mundial Antidopagem, criada em 1999, é uma fundação privada (embora metade dos membros do seu Conselho represente Governos) que tem por missão promover, coordenar e acompanhar a luta contra a dopagem no desporto, sob todas as suas formas.

A AMA é constituída por um Conselho de Fundadores, por um Comité executivo e por vários comités. O Conselho de Fundadores, constituído por 38 membros, é a instância decisória suprema da AMA. É composto por igual número de representantes do Movimento Olímpico e dos governos em iguais proporções.

– *Convenção do Conselho da Europa sobre a manipulação das competições desportivas*

A Delegação francesa pretendia encorajar outros Ministros do Desporto da UE a juntarem-se aos oito Estados-membros (Bulgária, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Lituânia e Países Baixos) que já assinaram a Convenção do Conselho da Europa sobre a manipulação das competições desportivas.

A convenção traz consigo uma verdadeira mais-valia em vários domínios: facilita a cooperação internacional e o intercâmbio de dados entre as autoridades públicas, o movimento desportivo e os operadores de apostas. Além disso, facilita a instauração de processos judiciais a fim de sancionar comportamentos que comprometam a integridade das competições.

Na sequência da ratificação por um mínimo de cinco signatários (três dos quais terão de ser membros do Conselho da Europa), a convenção poderá entrar em vigor, o que acontecerá provavelmente a qualquer momento em 2015 ou 2016. Prevê-se que a Comissão adote propostas para a adesão da UE à Convenção no final de 2014.

– *Programa de trabalho da próxima Presidência*

O Conselho tomou nota das principais prioridades da futura Presidência para o próximo semestre apresentadas pela Delegação letã:

- o papel dos desportos recreativos na melhoria das perspetivas de emprego dos jovens
- estilos de vida saudáveis (atividade física benéfica para a saúde – HEPA)
- progressos na ratificação da Convenção do Conselho da Europa sobre a manipulação das competições desportivas
- questões em matéria de antidopagem

OUTROS PONTOS APROVADOS

EMPREGO

Apoio à Finlândia e à França ao abrigo do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

O Conselho adotou duas decisões relativas à libertação de um montante total de 2,34 milhões de euros ao abrigo do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG), para dar apoio a trabalhadores despedidos na Finlândia e em França.

Será libertado um montante de 1,43 milhões de euros na sequência do despedimento de 634 trabalhadores de uma empresa finlandesa do setor da fabricação de material de transporte, que resultou de importantes mudanças estruturais nos padrões do comércio mundial devidas à globalização. Além disso, será pago um montante adicional de 918 000 euros depois de ter sido anunciado o despedimento de 760 empregados de uma empresa francesa da indústria alimentar.

O FEG ajuda os trabalhadores a encontrar novos empregos e a desenvolver novas competências quando tenham perdido o seu emprego na sequência de mudanças do comércio a nível mundial, por exemplo quando uma grande empresa fecha as portas ou uma fábrica é deslocalizada para fora da UE ou em resultado da crise económica e financeira global. O apoio prestado pelo FEG consiste em cofinanciar medidas tais como a assistência na procura de emprego, a orientação profissional, a formação e reconversão específicas, a tutoria e a promoção do espírito empresarial. O FEG presta ainda apoios individualizados, pontuais e temporários, tais como subsídios de procura de emprego, subsídios de mobilidade e outros subsídios destinados às pessoas que participam em atividades de aprendizagem ao longo da vida e ações de formação.

NOMEAÇÕES

Comité das Regiões

O Conselho nomeou Ruth DOMBEY (Reino Unido) membro do Comité das Regiões para o período remanescente do mandato em curso, a saber, até 25 de janeiro de 2015 ([15434/14](#)).
